

Estados querem renegociar a dívida

Em uma proposta semelhante à do acordo assinado ontem nos EUA, Estados e municípios pedem mais facilidade para pagar suas dívidas externas.

Consumo & Abastecimento



Depois de negociar com os bancos estrangeiros na posição de devedor, o governo federal inicia, como credor, as negociações da dívida externa de Estados e Municípios. Reunidos em Brasília, secretários da Fazenda de todos os Estados apresentaram uma proposta ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que segue o modelo do acordo assinado ontem em Nova York, com os bancos credores, pelo ministro Mailson da Nóbrega.

Os Estados querem reescalonar suas dívidas vencidas até dezembro de 88 — e avalizadas pela União — por um prazo de 12 anos, com cinco de carência (Mailson reescalou o principal da dívida brasileira por 20 anos, com oito de carência). Além disso, o serviço da dívida que vencerá em 89 — juros e principal — seria “rolado” em 90% pelo governo federal, e os Estados e Municípios pagariam apenas 10%.

A proposta do governo federal prevê o pagamento de 25% de toda a dívida — tanto do “estoque” vencido como do serviço de 89. O ministro João Batista de Abreu diz que “em princípio” não pensa em mudar o esquema. “Esse nível de rolagem é coerente com a meta de déficit público de 2% do PIB no ano que vem, e essa é uma meta que não pode estar ausente da discussão.”

Os secretários argumentam que a União poderia alcançar essa meta apertando a rolagem das estatais, em lugar dos Estados. Eles pretendem pressionar também a comissão de orçamento do Congresso, que vai votar a proposta do governo. Segundo o ministro, se o Congresso mudar o orçamento o governo terá de curvar-se, mas “o Congresso terá de dizer de onde vai tirar os recursos a mais que os Estados terão para rolar suas dívidas”.

Socorro

Vítima da “Operação Desmonte”, o ministro dos Transportes, Jo-

sé Reinaldo, pediu socorro ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para reativar a duplicação da rodovia São Paulo-Curitiba, importante projeto do seu ministério. José Reinaldo é maranhense e velho amigo do presidente Sarney, mas resolveu aproximar-se de Ulysses para tentar combater a área econômica do governo, respaldada pelo Palácio do Planalto. A duplicação da rodovia tem um empréstimo de US\$ 500 milhões do Banco Mundial mas não pode ser executada sem a contrapartida brasileira, de apenas um terço desse valor.



José Reinaldo: vítima.

A suspensão dos 441 contratos assinados entre o DNER e as empreiteiras responsáveis pela conservação e construção de rodovias no último dia 12 já provocou a demissão de cerca de 100 mil trabalhadores. A informação é do presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias, Marcos Vilella Santana. A suspensão dos contratos estava prevista na “Operação Desmonte”, que cortou verbas do DNER.

Começou a funcionar ontem, em caráter de emergência, o programa estadual de empregos, que vai substituir em São Paulo o Sistema Nacional de Empregos (Sine), do Ministério do Trabalho. O convênio do governo do Estado com o Sine foi rompido, e o motivo é um só: falta de dinheiro.